**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO REGIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTAVEL (CRADS) – HORTA, 26 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezassete, pelas dez horas, na “Sala Âncora” no Hotel Horta, na ilha do Faial, reuniu o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, abreviadamente designado por CRADS, em sessão ordinária, de acordo com o artigo 47º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação da ata da reunião do CRADS de 12 de dezembro de 2017;
- 2 – Informação sobre o estado de implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA);
- 3 – Análise da situação referente às medidas de redução do consumo de sacos de plástico e auscultação relativamente à implementação de medidas relativas ao uso de embalagens e produtos em plástico, com vista à redução do consumo de plásticos em geral nos Açores;
- 4 – Análise das pressões antrópicas em áreas protegidas abertas à visitação, designadamente na Montanha do Pico, Caldeira Velha, Lagoa do Fogo, Ilhéu de Vila Franca do Campo, Vulcão dos Capelinhos, Caldeira do Faial, Ilhéu da Praia e Fajã da Caldeira de Santo Cristo, incluindo a emissão de parecer sobre as propostas de regulamentação dos respetivos acessos;
- 5 – Análise e emissão de parecer sobre a proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural;
- 6 – Apresentação da proposta de Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC);
- 7 – Apresentação das propostas de Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas (POBHLF) e das Sete Cidades (POBHLSC);
- 8 – Apresentação e análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2016;
- 9 – Atualização da informação relativa ao processo de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória, na ilha Terceira;
- 10 – Apresentação do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016.

11 – Outros assuntos.

Eram precisamente dez horas e quinze minutos, quando a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Isabel Vieira Guerreiro, na qualidade de Presidente do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), procedeu à abertura dos trabalhos.

Seguiu-se a verificação das presenças, conforme consta da listagem em anexo à presente ata.

Verificado o quórum, nos termos do nº 4 do artigo 48º do Decreto Legislativo Regional 19/2010/A, de 25 de maio, a Presidente deu conta dos conselheiros que justificaram a sua ausência, concretamente: Ricardo Ceia, representante da SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves dos Açores; Ana Carvalho, representante da Gê-Questa; e Rui Coutinho, representante da Quercus.

De seguida, a Presidente do CRADS agradeceu a presença dos conselheiros e aludiu à oferta aos conselheiros do livro “Ilhas de Portugal” da autoria de Paulo Henrique Silva e editado por Os Montanheiros, bem como à oferta da ERSARA de uma garrafa individual reutilizável, o que conjugado com a existência de garrafas de vidro para a água constitui um claro incentivo ao uso de embalagens reutilizáveis e ao consumo de água da torneira.

Precedendo a entrada na agenda da reunião, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo propôs uma alteração à ordem de trabalhos, concretamente a retirada do ponto quatro – “Análise das pressões antrópicas em áreas protegidas abertas à visita, designadamente na Montanha do Pico, Caldeira Velha, Lagoa do Fogo, Ilhéu de Vila Franca do Campo, Vulcão dos Capelinhos, Caldeira do Faial, Ilhéu da Praia e Fajã da Caldeira de Santo Cristo, incluindo a emissão de parecer sobre as propostas de regulamentação dos respetivos acessos”, sugerindo que, por se tratar de uma matéria de elevada importância e que exige grande tempo de discussão e reflexão, a mesma fosse apreciada numa reunião extraordinária centrada na discussão deste tema.

Após um curto período de esclarecimentos, a proposta de alteração da agenda da reunião foi aprovada por unanimidade, decidindo-se, ainda, que a reunião a realizar para esse efeito seria na ilha Terceira, cumprindo com o processo de rotatividade em curso.

A Presidente informou o Conselho que, em função dos assuntos em apreciação, participam nos trabalhos, sem direito a voto e de acordo com o nº 3 do artigo 41º do Decreto Legislativo Regional nº 19/2010/A, de 25 de maio, o Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, a

Presidente do Conselho de Administração da AZORINA, S.A., Andrea Porteiro, o Diretor de Serviços da Conservação da Natureza e Sensibilização Ambiental, Emanuel Veríssimo, a Diretora de Serviços de Qualidade Ambiental, Sónia Santos, a Chefe de Divisão de Resíduos Dália Leal, a Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Melânia Rocha, e o Diretor do Parque Natural do Faial, João Melo.

Seguidamente, entrou-se na apreciação da ordem de trabalhos:

Ponto um - Aprovação da ata da reunião do CRADS de 12 de dezembro de 2016.

Neste ponto e considerando que a ata da última reunião fora previamente enviada a todos os conselheiros, através de correio eletrónico, e disponibilizada no sitio na Internet do CRADS, a Presidente propôs que fosse dispensada a respetiva leitura, o que mereceu a aprovação unânime do Conselho.

Colocado o conteúdo da ata à consideração do Conselho, não foi manifestada qualquer objeção ou apresentada qualquer proposta de alteração à sua redação.

Submetida a ata à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ponto dois - Informação sobre o estado de implementação do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA).

Na introdução deste ponto da agenda, a Secretária Regional referiu que compete ao CRADS acompanhar e avaliar a implementação e execução do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2016/A, de 29 de março.

Foi distribuído pelo CRADS o Relatório dos Resíduos Urbanos de 2016 e uma informação relativa à implementação do PEPGRA, onde se evidencia o estado atual de desenvolvimento de um vasto conjunto de ações, com destaque para o Programa de Prevenção de Resíduos.

Não obstante a informação contida nos documentos distribuídos aos membros do CRADS, a Presidente sublinhou alguns aspetos em particular nomeadamente referentes às infraestruturas, à produção e valorização e à prevenção da produção.

Relativamente às Infraestruturas salientou que, em termos gerais, está praticamente implementada a infraestrutura de gestão de Resíduos Urbanos prevista para a Região Autónoma

dos Açores, com exceção da ilha de São Miguel, onde está em fase de construção uma nova linha de triagem de embalagens e em fase de projeto uma unidade de tratamento mecânico e biológico (TMB) e uma central de valorização energética (CVE).

No global, as instalações e soluções tecnológicas as existentes e previstas visam o aumento dos quantitativos de resíduos valorizados e o incremento significativo do desvio de resíduos de aterro, em termos que garantam o cumprimento dos objetivos estratégicos e das metas fixadas no PEPGRA.

Salientou a construção pelo Governo dos Açores de Centros de Processamento de Resíduos (CPR) nas sete ilhas com menor população, tendo sido concessionada a gestão desses equipamentos, e aludiu a que, nos últimos meses, se verificaram problemas na operação de alguns desses CPR, sendo que as situações na Graciosa e em São Jorge são efetivamente preocupantes, estando sujeitas a um acompanhamento permanente por parte da Direção Regional do Ambiente.

Relativamente à eliminação de resíduos, a Secretária Regional informou que se prevê a manutenção da deposição de resíduos no Aterro Intermunicipal do Pico, até ao esgotamento da sua capacidade, após o que a eliminação em aterro ficará restringida às ilhas de São Miguel e Terceira e apenas para o refugo da valorização energética, implementando-se soluções de “aterro zero” nas restantes ilhas.

Ainda de acordo com a governante, até ao momento, foram concluídas as obras de selagem e recuperação ambiental e paisagística de todas as lixeiras e aterros não licenciados, no Corvo (incluindo a construção de um aterro para resíduos de construção de demolição), Flores (Lajes e Santa Cruz), Graciosa (Santa Cruz e Portela) e Santa Maria. A selagem do aterro do Faial será concluída ainda durante o mês de outubro e está em curso a empreitada de selagem dos aterros de São Jorge (Velas e Calheta), a concluir até meados do próximo ano.

Em relação à produção e valorização de resíduos, a Secretária Regional referiu que a produção de resíduos urbanos estabilizou em 2016, com um total de 131.704 toneladas, depois de três anos consecutivos em queda, com São Miguel a contrariar a tendência de diminuição da produção que se manteve nas restantes ilhas.

Nos últimos anos, a Região progrediu significativamente no tratamento dos Resíduos Urbanos, tendo valorizado, em 2016, cerca de metade da sua produção falamos de 47,6%. Mesmo assim, a eliminação em aterro ainda foi o tratamento dado à maioria dos Resíduos Urbanos os restantes 52,4%.

No ano de 2016, a taxa de preparação para a reutilização e reciclagem fixou-se em 35,6%, tendo como referência a meta de 50% em 2020, e os Resíduos Urbanos Biodegradáveis eliminados em aterro corresponderam a 66,98% da quantidade de referência, sendo a respetiva meta de 35% em 2020.

A Presidente do Conselho referiu ainda que, no ano de 2016, a reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha seletiva foi de 54,7 kg por habitante nos Açores, acima da média nacional que se fixou nos 31 kg por habitante.

Relevou também o facto de em sete das nove ilhas se ter promovido a valorização de mais de metade dos respetivos Resíduos Urbanos, com a ilha das Flores a atingir o pleno da valorização (100%) e o objetivo de “aterro zero”, em 2016.

Já em 2017 no primeiro semestre a reciclagem de resíduos urbanos de embalagens cresceu 7,2% nos Açores, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, contrariando uma tendência nacional negativa, uma vez que a reciclagem de embalagens urbanas decresceu 1,1% em todo o país, no primeiro semestre deste ano.

Outro dado positivo do primeiro semestre de 2017 é o facto da valorização de resíduos orgânicos por compostagem ter evidenciado um crescimento significativo, superior a 30%.

De acordo com a Secretária Regional, a evolução registada até ao momento permite inferir que os Açores estão em condições de cumprir com as metas do PEPGRA, desde que, até 2020, entrem em funcionamento as infraestruturas previstas para a ilha de São Miguel.

Relativamente à prevenção da produção, a Secretária Regional destacou o desenvolvimento nos Açores de um conjunto de ações que visam, sobretudo, a prevenção, ou seja a redução da produção de resíduos.

Para além das medidas específicas de redução do consumo de sacos de plástico e da abordagem da problemática dos resíduos nas atividades regulares de educação e sensibilização ambiental, o Governo dos Açores desenvolveu, no último ano, um vasto conjunto de ações orientadas para a redução da produção de resíduos, designadamente campanhas de sensibilização para a reutilização de vestuário usado, para a compostagem de resíduos orgânicos, para o uso de fraldas reutilizáveis, para a gestão dos resíduos agrícolas e produtos fitofarmacêuticos, e para o combate ao desperdício alimentar, incluindo ações de formação dirigidas à restauração.

Informou, ainda, que no decorrer do mês de setembro terá início a instalação de uma rede de contentores específicos, destinados à recolha de vestuário e calçado, assegurando a existência

de, pelo menos, um contentor por concelho, nas sete ilhas com menos população. Os produtos recolhidos nesta rede serão encaminhados para instituições de solidariedade social, com vista à sua reutilização.

A concluir a sua intervenção, a governante fez referência à 8ª Semana dos Resíduos dos Açores, que decorrerá de 18 a 26 de novembro de 2017, sob o lema “Reutilizar & Recuperar – Dá uma nova vida!”.

Seguidamente passou a palavra ao Diretor Regional do Ambiente, Hernâni Jorge, que fez uma apresentação sobre o assunto em debate. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Abriu o debate a representante do OMA, Observatório do Mar dos Açores, Carla Dâmaso, que questionou se a Secretaria Regional conhece as condições existentes na área envolvente ao aterro do Faial naquele momento, dando nota que estaria a correr uma Petição sobre o mesmo assunto e da existência de muito plástico fora do perímetro que está a ser selado, e interpelando se existe algum plano ou ação prevista para a eliminação do lixo lá existente.

Tomou também a palavra o representante de Os Montanheiros, Paulo Barcelos, que fez referência à implementação do PEPGRA e à atividade do Governo em termos estratégicos, concluindo que, pelo que é dado ver e se retira dos dados apresentados, está a funcionar bem em termos de gestão daquilo que é a entrada de resíduos oficial. Por outro lado, alertou para a existência ainda de alguns focos de resíduos que fogem ao circuito normal de encaminhamento e que existem alguns depósitos de resíduos que necessitam de serem limpos, ao mesmo tempo que importa continuar a apostar nas campanhas de sensibilização e nos programas que tem sido dinamizado pela Direção Regional do Ambiente.

Usando da palavra, o representante da Azulinvade, João Medeiros, demonstrou a sua preocupação relativamente a determinados perigosos, como os tinteiros e *toners* de máquinas, questionando qual a estratégia que existe e se serão implementadas ações de fiscalização do encaminhamento dado a estes resíduos.

A conselheira Maria José Gomes, representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, referiu que as campanhas efetuadas pela Direção Regional do Ambiente deveriam direcionar-se também para alunos de faixa etária mais velha e salientou a preocupação

relativamente a muitos *toners* e tinteiros que acabam não sendo recolhidos pelas empresas que os comercializam.

De seguida, usou da palavra a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo para prestar os esclarecimentos relativos às questões levantadas.

Assim, começou por esclarecer a representante do OMA que, depois de ter sido iniciado a obra de selagem do aterro do Faial, foi detetado o comprometimento de uma célula de resíduos que já tinha sido selada pela Câmara Municipal da Horta, o que se deveu ao recuo da linha da costa provocado pela erosão e que fez com que parte dos resíduos mais periféricos escorresse para o mar. Perante o problema, a Direção Regional do Ambiente promoveu a imediata remoção dos resíduos que se encontravam no limite da arriba, tendo recuando o aterro em cerca de 10 metros relativamente à atual linha de costa e mandou elaborar um projeto para a contenção e selagem dos resíduos daquela zona. Atualmente, a intervenção já está a decorrer no sentido de precaver novos escoamentos de resíduos nas alturas de maior pluviosidade.

Respondendo à questão colocada pelo conselheiro Paulo Barcelos, relativa a alguns resíduos, a Secretária Regional afirmou que se trata de uma questão de sensibilização e que o trabalho tem de ser feito, por um lado, na educação ambiental e, por outro lado, no incremento de ações inspetivas que permitam corrigir ou evitar algumas dessas situações. Informou ainda que os Serviços de Ambiente estão muito atentos a essas situações, sendo que quando há denúncias procura-se resolver essas situações. É um trabalho permanente que continua a ser feito, uma vez que não se consegue mudar consciências e atuações de um dia para outro.

Relativamente à intervenção dos representantes da Azulinvade e da Secretaria Regional da Educação, conselheiros João Medeiros e Maria José Gomes, a Presidente esclareceu que os fornecedores têm a obrigação de fazer o encaminhamento daqueles resíduos para a reciclagem existindo duas questões em paralelo, por um lado a sensibilização das pessoas para saberem onde podem depositá-los, e por outro uma maior fiscalização para assegurar que todos os resíduos, independentemente dos fluxos, têm um tratamento e encaminhamento adequados.

Por sua vez, o Diretor Regional do Ambiente deu a nota que todas as entidades gestoras, incluindo as dos fluxos específicos, estão licenciadas e a operar nos Açores, sendo que anualmente são produzidos relatórios referentes à produção e valorização de cada tipo de resíduos. A Região tem, também, promovido campanha de sensibilização, junto de públicos-alvo e através da comunicação social, como foi o caso dos resíduos agrícolas e de fitofármacos em que foi efetuada uma campanha junto dos agricultores e lançado um vídeo de sensibilização nas

feiras agrícolas, não obstante, essa responsabilidade para a sensibilização para a valorização caber, em primeira linha, às entidades gestoras.

A Presidente do Conselho tomou a palavra para fazer referência ao papel fundamental das Escolas na passagem das mensagens relativas à reciclagem. Salientou, ainda, a existência do Portal “NA MINHA ILHA”, que se destina ao reporte de ocorrência de natureza ambiental, e informou o CRADS que a partir do dia 1 de janeiro de 2018 entrará em funcionamento a Linha SOS Ambiente, simplificando o mecanismo de participação dos cidadãos.

Na ocasião, o representante da GNR informou que esta instituição também possui uma linha telefónica que poderá ser usada para o reporte de questões ambientais que depois são encaminhadas para o SEPNA em cada ilha e que, para além da linha telefónica, os cidadãos também podem fazer as suas participações através do sitio na Internet.

Ponto três - Análise da situação referente às medidas de redução do consumo de sacos de plástico e auscultação relativamente à implementação de medidas relativas ao uso de embalagens e produtos em plástico, com vista à redução do consumo de plásticos em geral nos Açores.

Na introdução deste ponto da agenda, a Secretária Regional referiu que compete ao CRADS, para além de acompanhar e avaliar a implementação e execução do PEPGRA, propor medidas nos domínios da redução da produção de resíduos e da gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

Não obstante a informação do Relatório dos Resíduos Urbanos de 2016 e do documento relativo à implementação do PEPGRA, onde se evidencia o estado atual de desenvolvimento do Programa de Prevenção de Resíduos, documento esse distribuído aos membros do CRADS, a governante destacou as medidas estabelecidas no Decreto Legislativo Regional nº 10/2014/A, de 3 de julho, visando a redução do consumo de sacos de plástico nos Açores, que se aplicaram, numa primeira fase iniciada em 1 de abril de 2016, apenas às grandes superfícies comerciais, sendo que, desde 1 de abril de 2017, passaram a abranger todo o comércio a retalho da Região.

Deu nota que, entre 1 de abril e 31 de dezembro de 2016, os estabelecimentos abrangidos distribuíram 1.333.032 sacos de plástico sujeitos a taxa, a que correspondeu uma receita para a Região de 53.321,28 euros.

Com base em inquéritos efetuados aos estabelecimentos abrangidos, constatou-se ter havido uma redução superior a 90% de sacos de plástico distribuídos por aqueles estabelecimentos, o que corresponde à disponibilização de menos 12,6 milhões de sacos do que nos meses homólogos de 2015, tendo sido desviados do consumo cerca de 82 toneladas de plástico, em apenas 9 meses.

No mesmo período, verificou-se um ligeiro incremento das vendas de sacos de lixo nos estabelecimentos abrangidos, tendo sido consumidos aproximadamente mais 20.000 sacos, o correspondente a cerca de meia tonelada de plástico.

Os dados disponíveis, ainda que parciais, atestam o sucesso das medidas, registando-se uma mudança substancial dos hábitos dos consumidores, por via da substituição dos sacos de plástico descartáveis por meios alternativos e reutilizáveis de transporte das compras.

Contudo e de acordo com a Secretária Regional, a problemática dos plásticos no Ambiente não se reduz aos sacos de compras, pelo que o Governo dos Açores pretende auscultar o CRADS relativamente ao eventual estabelecimento de outras medidas visando a redução do consumo de plásticos nos Açores, designadamente medidas relativas ao uso de embalagens e produtos em plástico, abrangendo os estabelecimentos de hotelaria, restauração e cafetaria ou similares (HORECA) e os órgãos e serviços da administração regional autónoma, incluindo a administração indireta e o setor público empresarial regional nomeadamente nas compras públicas.

Seguidamente passou a palavra à Chefe de Divisão de Resíduos, Dália Leal, que fez uma apresentação sobre o assunto em debate. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra a Presidente do CRADS para acrescentar a temática dos consumos de plásticos nos festivais de verão e nas festas populares, apesar de já haver alguns eventos mais “Eco Friendly” que promovem, por exemplo, o uso de copos reutilizáveis, o que diminui de forma significativa os resíduos produzidos nesses eventos.

Tomou a palavra a conselheira, Carla Dâmaso, representante do OMA, para questionar se haveria forma de estimar a quantidade de copos de plástico distribuídos nas festas. Prosseguindo, defendeu a necessidade de se encontrar alternativas como o pagamento de uma caução ou depósito e no final, ao devolver o copo, ser-se restituído, o que não tem custos e pode ter um impacto significativo, como sucedeu com os sacos plásticos das superfícies comerciais.

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, de Os Montanheiros, para aludir aos resultados claros da lei dos sacos de plástico, admitindo que, a prazo, se possa evoluir para a não existência de sacos plásticos para venda nas superfícies comerciais, obrigando as pessoas a levarem o seu saco a reutilizá-lo.

O conselheiro Paulo Barcelos aludiu, ainda, à problemática dos plásticos agrícolas, nomeadamente os sacos de ração e adubos, defendendo que o consumidor deveria pagar uma taxa ao comprar o produto, a qual apenas lhe seria restituída se devolvesse o saco, evitando que estes sejam sistematicamente libertados na natureza, bem como aos plástico dos rolos de silagem, aos quais não será fácil aplicar uma caução, mas que tem de se fazer alguma coisa, nem que seja por via da sensibilização para este problema.

Tomou a palavra a representante do Conselho Coordenador do Sistema Educativo, Maria José Gomes, referindo ao uso excessivo de plásticos nas embalagens, seja por parte dos fabricantes seja pelos fornecedores de produtos, importando reduzir estes exageros de embalagens.

O conselheiro Diogo Caetano, dos Amigos dos Açores, aludiu às questões relacionadas com o uso dos plásticos da agricultura, defendendo a necessidade de generalizar as boas soluções de locais próprios para o seu depósito que já existem em alguma ilhas. Referiu, ainda, que em zonas piscatórias importa também abordar a problemática dos plásticos. Quanto aos festivais de verão e outros eventos entende que, embora o ideal fosse banir o uso dos plásticos, poderá haver medidas que vise minimizar esses impactes, como seja a criação de pontos de recolha específicos durante os espetáculos ou eventos desportivos.

Tomou a palavra o conselheiro João Medeiros, da Azulinvade, para dar nota de que o consumo de plástico é preocupante e que o controlo deve começar nos fabricantes dos produtos e das embalagens.

O conselheiro Virgílio Cruz, representante da Universidade os Açores, usou da palavra, começando por congratular-se com os resultados excelentes na redução de sacos plásticos, acrescentando que a Universidade dos Açores não se opõe a que possam ser tomadas novas medidas visando a redução do consumo de plástico, até porque é altura de fazer a redução de plásticos nas cadeias de valor da atividade económica, incluindo a agropecuária e, também, de intervir junto do consumidor final.

De seguida usou da palavra o conselheiro Carlos Morais, representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores salientando o excelente trabalho realizado pela Direção Regional do Ambiente junto dos comerciantes, no âmbito da implementação da lei dos sacos de plástico, e

que os números apresentados são o reflexo disso mesmo. Entende que na problemática do plástico a sensibilização tem de ser começar a ser feita junto daqueles que fazem chegar as mercadorias aos Açores, até porque estas têm de chegar seguras e de forma a que não sejam vulneráveis a desperdícios ou perdas, que reverteriam no custo final ao consumidor.

Por último, o representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores manifestou-se favorável às propostas apresentadas, defendendo a necessidade de ser dado algum tempo de sensibilização e de adaptação, tal como sucedeu com os sacos de plástico, de forma a que os empresários, designadamente as empresas distribuidoras, se adaptem à nova situação.

De seguida, tomou a palavra a Secretária Regional dando nota que estas preocupações são transversais e que não existe ninguém que não seja sensível ao tema, sendo importante continuar a dar passos para melhorar e incrementar as medidas de prevenção. Para a governante, tudo isso implica mudanças de hábitos, desde logo de consumo, como sucedeu com a implementação da medida referente aos sacos plásticos, e é natural que, à medida que se for avançando e se toque em determinados sectores e atividades, surjam algumas resistências.

A governante aludiu, ainda, aos resíduos agrícolas, designadamente os sacos de adubos e os plásticos de silagens, defendendo que é importante prosseguir com a sensibilização dos agricultores, ao mesmo tempo que se deve investir em estruturas de recolha de proximidade, evitando o abandono desses e de outros resíduos. Neste sentido, referiu-se ao conceito de Eco-centro, na linha do que a Direção Regional do Ambiente contratualizou com três Juntas de Freguesia do Faial, e que assenta na instalação em alguns locais de uma estrutura ligeira de receção e transferência de resíduos, onde as populações podem depositar vários tipos de resíduos, que depois são recolhidos pela Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia e encaminhados para o destino adequado, seja o Centro de Processamento de Resíduos ou outro operador licenciado. Segundo a Secretária Regional, trata-se de uma experiência recente, mas acredita-se que terá sucesso e poderá ser replicada por várias freguesias em todas as ilhas.

A Secretária Regional referiu-se, também, às iniciativas de sensibilização da Direção Regional do Ambiente junto das festividades do Espírito Santo, com vista à redução dos plásticos, dando como exemplo o almoço da comemoração do Dia dos Açores realizado na ilha do Faial e no qual foram servidas cerca de três mil refeições sem que se tenha utilizado pratos, copos e talheres de plástico, tendo-se gerado unicamente resíduos biodegradáveis, designadamente os guardanapos de papel e os restos de comida.

A concluir, a Secretária Regional lembrou que é preciso continuar na senda daquilo que tem vindo a ser feito, apesar de eventuais resistências, pois este é um caminho que tem de ser feito e a mudança é inevitável, naturalmente de uma forma equilibrada e participada, envolvendo todos os parceiros e agentes económicos.

Ponto cinco - Análise e emissão de parecer sobre a proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural.

A Secretária Regional, na qualidade de Presidente do CRADS, tomou a palavra informando que compete ao CRADS emitir parecer sobre a criação, reclassificação e extinção de áreas protegidas, onde se enquadra a proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural.

Prosseguiu, dando nota que o Parque Natural do Faial foi criado em 2008 e está estruturado em treze áreas protegidas, nenhuma delas classificada como Monumento Natural, o equivalente à categoria III da IUCN, e que a classificação de um Monumento Natural tem como principal objetivo a conservação e manutenção da integridade de ocorrências naturais específicas e de valor excecional, quer em razão da respetiva raridade quer pela representatividade ou qualidades estéticas que lhe sejam inerentes. Correspondem, em regra, a áreas relativamente pequenas direcionadas para a preservação de ocorrências notáveis do património geológico, com grande procura por parte dos visitantes dos territórios onde se localizam.

A governante salientou o facto de estarmos na véspera do 60º Aniversário do início da erupção do Vulcão dos Capelinhos, que se desencadeou a 27 de setembro de 1957, com o Governo dos Açores a trazer ao CRADS uma proposta de classificação do complexo vulcânico dos Capelinhos como Monumento Natural, por via da reclassificação de uma parte, com 67,9 hectares, da Área Protegida para a Gestão de Habitats e Espécies dos Capelinhos, Costa Noroeste e Varadouro.

Referiu, ainda, que o Vulcão dos Capelinhos constitui a paisagem natural mais recente do nosso país e é o espaço mais procurado do Parque Natural do Faial, com o respetivo Centro de Interpretação Ambiental a receber, anualmente, mais de 35 mil visitantes, ao mesmo tempo que o Parque Natural do Faial é, até ao momento, o único destino EDEN (European Destinations of Excellence) em Portugal, sendo este um galardão atribuído pela Comissão Europeia e que reconhece locais cujo desenvolvimento turístico se faz de forma sustentável.

De seguida passou a palavra ao Diretor do Parque Natural do Faial, João Melo, que fez uma apresentação da proposta. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Terminada a apresentação do Diretor do Parque Natural do Faial, a Presidente do CRADS, abriu um período de inscrições para pronúncia dos membros do Conselho.

Tomou a palavra o conselheiro Carlos Morais, representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, que enalteceu a proposta da classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural, congratulando-se com a mesma, por aquilo que ela significa, mas também pela coincidência com os 60 anos da erupção.

Prosseguindo no uso da palavra, o conselheiro Carlos Morais chamou a atenção para a necessidade de, por via do aumento do turismo na Região, se conferir maior atenção a algumas questões, como seja a melhoria de em alguns espaços naturais e o alargamento dos horários de funcionamento dos centros ambientais, até porque se nota um alargamento da chamada época alta com uma procura turística em quase todo o ano e com expressão em meses que não era habitual, como por exemplo o mês de outubro.

Usou da palavra o conselheiro Paulo Barcelos, representante de Os Montanheiros, considerando ter toda a lógica e ser de bom senso e oportuna esta proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural, estranhando apenas que a mesma só seja feita agora.

O representante da Presidência do Governo, conselheiro Nuno Miranda, congratulou-se com a proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural, salientando ser motivo de orgulho para todos os Faialenses e Açorianos, não só por aquilo que representa de reconhecimento do património natural, mas também pela história que encerra para a Ilha do Faial e para todos os Açores. Por outro lado, destacou o papel atual do Vulcão dos Capelinhos como polo de atração e dinamização cultural, científica e turística da ilha do Faial, considerando a proposta como a melhor prenda que se pode dar nos 60 anos do Vulcão.

O conselheiro Virgílio Cruz, representante da Universidade dos Açores, tomou a palavra para se associar às posições manifestadas pelos conselheiros que se pronunciaram anteriormente e considerar que se trata de uma classificação tardia.

Na ocasião, o representante da Universidade dos Açores propôs que fossem feitas algumas correções ao texto da proposta, melhorando a descrição do ponto de vista geológico, mostrando disponibilidade para colaborar nesse trabalho.

O representante da ACRA, Mário Mota, usou da palavra congratulando-se com a proposta em apreciação e para manifestar alguma preocupação em relação à capacidade de carga em alguns sítios de interesse turístico.

O conselheiro Diogo Caetano, representante dos Amigos dos Açores, também manifestou a sua concordância com a proposta de classificação do Vulcão dos Capelinhos como Monumento Natural, considerando que está em linha com a filosofia que subjacente aos monumentos naturais já existentes nos Açores.

Não havendo mais intervenções, a Presidente do CRADS submeteu à votação a proposta apresentada de classificação do Monumento Natural do Vulcão dos Capelinhos, tendo a mesma merecido parecer favorável, por unanimidade.

Ponto seis - Apresentação da proposta de Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC).

Na introdução do tema, a Secretária Regional começou por sublinhar que compete ao CRADS acompanhar a ação do Governo dos Açores e emitir parecer sobre as questões relacionadas com as políticas regionais para as alterações climáticas.

Prosseguindo, deu nota de que a elaboração do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC) foi determinada pela Resolução do Conselho do Governo nº 93/2014, de 28 de maio, tendo sido adjudicada, precedendo concurso público internacional, ao consórcio liderado pela empresa CAOS, envolvendo especialistas das Universidades dos Açores e de Lisboa, do Instituto Superior Técnico e do CEDRU (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano).

A Secretária Regional salientou que o PRAC é um plano sectorial de ordenamento do território que abrange as componentes da mitigação (controlo das emissões) e da adaptação e que a elaboração do caderno de encargos e todo o processo de elaboração do PRAC foi acompanhado por um grupo de trabalho multissetorial, constituído nos termos da referida Resolução. A elaboração do PRAC foi, ainda, sujeita a avaliação ambiental estratégica e concluída a fase de elaboração da proposta e terminado o período de audição dos interessados, realizar-se-á, no início de outubro, uma reunião do grupo de trabalho de acompanhamento, seguindo-se o período de discussão pública.

Seguidamente passou a palavra à Diretora de Serviços da Qualidade Ambiental, Sónia Santos, para a apresentação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro Joao Medeiros, da Azulinvade, para questionar se foram definidas medidas para minimizar as emissões de gases com efeito estufa.

Em resposta, a Diretora de Serviços da Qualidade Ambiental, Sónia Santos, explicou que existe um capítulo com medidas de mitigação para os vários sectores, contemplando estimativas de diminuição das emissões de gases com efeito estufa.

O conselheiro Paulo Barcelos usou da palavra para referir que o PRAC é um documento fundamental devido à problemática das alterações climáticas. Para este conselheiro, o trabalho apresentado está bem feito e vai no bom caminho, sendo que temos pela frente um trabalho árduo, até porque os cenários apresentados já são bastantes preocupantes e causam apreensão. Prosseguiu dizendo que este é um problema do planeta e não apenas dos Açores e que os impactes vão acontecer, mais cedo ou mais tarde, cabendo-nos retardar ou controlar esses efeitos.

Por fim, o representante de Os Montanheiros deixou a proposta de que o Governo Regional prossiga com a aposta na produção de energia elétrica de fontes sustentáveis.

Tomou a palavra o conselheiro Virgílio Cruz, representante da Universidade dos Açores, começando por felicitar o trabalho realizado pela Direção Regional do Ambiente no desenvolvimento deste projeto que, segundo ele, já tardava e era muito importante fazê-lo, destacando o estudo longo que foi elaborado, com especial realce para as quantificações e as cenarizações efetuadas. Neste contexto, o representante da Universidade dos Açores afirmou que não percebe as poucas referências às águas subterrâneas, até porque existe trabalho feito sobre esta matéria.

Para o conselheiro Virgílio Cruz, as águas subterrâneas nos Açores correspondem a 98% do abastecimento a todos os sectores, consumo humano, indústria e turismo. Em algumas ilhas nomeadamente no Pico e Graciosa há massas de água em estado medíocre devido à salinização e os processos de intrusão salina estão relacionados com as dinâmicas costeiras e são, obviamente, impactados pelas alterações climáticas, pelo que não percebe que este seja um aspeto praticamente ignorado nos relatórios do PRAC. Referiu-se, também, à evolução das cargas e ao seu impacto sobre a qualidade das águas subterrâneas que respondem pela grande parte do consumo na Região.

Neste contexto, o conselheiro Virgílio Cruz mostrou a sua admiração por o PRAC não abordar convenientemente estes impactes nas águas subterrâneas, tanto mais que alguns elementos que fazem parte da equipa técnica estiveram ligados a dois estudos importantes que foram

feitos no continente, abordando especificamente a questão dos recursos hídricos, considerando que esta lacuna do PRAC deveria ser corrigida, tanto mais que estes aspetos foram mencionados no parecer emitido pela Universidade dos Açores, propondo que a Direção Regional do Ambiente peça à equipa técnica respostas sobre estas questões essenciais, integrando-as na proposta ainda nesta fase.

O Diretor Regional do Ambiente usou da palavra para dar algumas notas relativas às questões levantadas, salientando que o PRAC nasce no âmbito da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, mas que as políticas nestes domínios não começaram agora, nem se esgotam com a elaboração do PRAC. Para o Diretor Regional, a Região, ao longo da última década, viveu uma evolução significativa em termos de ordenamento do seu território, com as questões do clima, dos riscos e a preocupação com as alterações climáticas a serem consideradas em primeira linha nos processos de elaboração dos instrumentos de gestão do território e de outros regimes jurídicos relacionados.

Prosseguindo, o Diretor Regional do Ambiente afirmou a importância de se ter assumido no PRAC uma abordagem na dupla perspetiva da mitigação e da adaptação, em vez de termos ficado apenas pela abordagem dos processos adaptativos, por considerar que, independente da nossa dimensão ou do nosso contributo para a emissão de gases com efeito de estufa, temos todos que fazer alguma coisa para que amanhã o planeta possa ser diferente para melhor e este caminho faz-se também com pequenos gestos e pequenos contributos. Por outro lado, o Diretor Regional entende que a implementação de um programa direcionado para enfrentar as questões do clima é também uma oportunidade para a inovação tecnológica e para evoluirmos para uma economia mais desmaterializada e circular, com ganhos não apenas ambientais mas também económicos.

Relativamente às questões levantadas pelo prof. Virgílio Cruz, o Diretor Regional esclareceu que vão ser ponderadas e avaliadas as sugestões que a Universidade dos Açores fez no âmbito da auscultação aos parceiros, assim como todos os pareceres recebidos dos diversos parceiros, de forma a que possam integrar a proposta que será submetida a discussão pública.

Referindo-se ao caso concreto dos recursos hídricos e das águas subterrâneas, o Diretor Regional destacou o facto da Região dispor já de um vasto e rigoroso planeamento em matéria de recursos hídricos, onde as componentes do clima e das alterações climáticas estão presentes, como é o caso do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, e informou que vai ser desencadeado no próximo ano um processo de revisão do Plano Regional da Água.

A Diretora de Serviços da Qualidade Ambiental usou da palavra para acrescentar que o relatório de síntese irá integrar de uma forma mais efetiva todos os relatórios sectoriais que o suportam, incluindo as matérias dos recursos hídricos e das águas subterrâneas que estão e efetivamente tratadas no relatório sectorial, mas que não foram, ainda, devidamente vertidas no relatório de síntese.

Ponto sete - Apresentação das propostas de Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas (POBHLF) e das Sete Cidades (POBHLSC).

Introduzindo este ponto da ordem de trabalhos, a Secretária Regional deu nota de que compete ao CRADS acompanhar e emitir parecer sobre as questões relacionadas com os recursos hídricos, incluindo o respetivo planeamento, destacando que o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas (POBHLF), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 2/2005/A, de 15 de fevereiro, e o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades (POBHLSC), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 3/2005/A, de 16 de fevereiro, foram os primeiros planos de ordenamento de bacias hidrográficas de lagoas a serem aprovados na Região Autónoma dos Açores.

A governante prosseguiu informando que, em decorrência das avaliações efetuadas àqueles dois planos especiais de ordenamento, foi determinada a sua alteração, conforme resulta da Resolução do Conselho do Governo nº 106/2015, de 15 de julho, e que os respetivos processos de alteração foram acompanhados por uma comissão e que, concluída a elaboração das propostas, seguir-se-á o período de discussão pública, já no início do mês de outubro.

De seguida a Presidente do CRADS passou a palavra à Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, Melânia Rocha, para apresentar as propostas de alteração dos POBHL das Furnas e das Sete Cidades. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro Paulo Barcelos, questionando quanto à redução do número de ações propostas comparativamente aos planos atuais e se as ações que caíram foram retiradas por questões orçamentais ou por não se considerarem relevantes ou prioritárias.

Em resposta, o Diretor Regional do Ambiente esclareceu que a redução do número de ações em ambos os planos se deveu a uma opção de simplificação e objetivação dos planos especiais, isto

é, apenas estão previstas as intervenções que devem resultar da aplicação direta do plano, não fazendo sentido incluir ações que podem estar previstas para aqueles territórios, mas que não tem qualquer relação, direta ou indireta, com os objetivos dos planos de ordenamento das bacias hidrográficas das Furnas e das Sete Cidades. Por outro lado, e para além dessa simplificação em função dos objetivos específicos dos planos, foi feito um exercício objetivo em função das disponibilidades de financiamento das ações que se pretende implementar, desde logo porque os instrumentos de planeamento devem ser realistas e não podem ser estranhos à capacidade económico-financeira e à capacidade de execução dos agentes envolvidos.

Ponto oito - Apresentação e análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2016.

A Secretária Regional introduziu este ponto da agenda informando que compete ao CRADS acompanhar e emitir parecer sobre as questões relacionadas com os recursos hídricos e com a gestão da água, pelo que se submete ao Conselho a apresentação e análise do Relatório Anual do Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano de 2016, cuja elaboração e divulgação pretende dar a conhecer a qualidade da água para consumo humano distribuída nos Açores a qualquer entidade ou cidadão, permitindo também avaliar a evolução da situação.

De acordo com a governante, o Relatório contém a análise dos resultados do controlo da qualidade da água para consumo humano realizado pelo conjunto das entidades gestoras da Região e os dados respeitam a análises realizadas na torneira do consumidor ou no ponto de entrega, consoante se trate de entidades gestoras em baixa ou em alta, respetivamente. Salientou, ainda, que os Açores registam uma tendência de melhoria do controlo da qualidade da água para consumo humano, tendo sido atingido um valor de 99,9% de cumprimento da frequência regulamentar de amostragem e de 99% de cumprimento dos valores paramétricos.

Logo após, a Presidente do CRADS passou a palavra ao vogal do Conselho de Administração da ERSARA, António Costa, para a apresentação do referido documento. A apresentação foi feita com recurso a meios digitais, ficando a respetiva cópia arquivada na documentação do CRADS.

Concluída a apresentação, seguiu-se um período de debate sobre a matéria em questão.

Tomou a palavra o conselheiro João Medeiros, representante da Azulinvade, que questionou se existem dados das análises da água quando ela chega aos depósitos ou às fontes de água, antes da chegada ao consumidor.

Em resposta, o vogal da ERSARA explicou que o tratamento da água depende de cada entidade gestora e cada uma tem o seu plano de tratamento, plano de desinfecção e controlo, porquanto a água quando entra no reservatório não chega em perfeitas condições, desde logo pela presença de alguns microrganismos, mas o que releva em termos de qualidade do serviço é o controlo que se faz na torneira do consumidor, sendo estes os dados de que a ERSAR dispõe.

O conselheiro Paulo Barcelos, representante de Os Montanheiros, questionou se os perímetros de proteção às nascentes estão bem definidos e bem protegidos e concluiu afirmando que a existirem nascentes e zonas de captação que necessitem de algum trabalho de proteção, esses terrenos deveriam ser alvo de expropriação.

De seguida, usou da palavra o conselheiro Virgílio Cruz, da Universidade dos Açores, para felicitar o trabalho que tem sido feito pela ERSARA, bem como o trabalhos das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento, tem evoluído muito. Para este conselheiro, o trabalho que hoje fazem sistemas municipais não tem comparação com o que se fazia nos Açores há 20 anos atrás. Focando-se no relatório apresentado pela ERSARA, destacou como o principal problema a presença de microrganismos, pois é o parâmetro com mais infrações, sendo que se os perímetros de proteção imediato tivessem efetivamente protegidos dar-se-ia um grande passo para terminar com os excedentes neste valor paramétrico.

O Diretor Regional do Ambiente tomou a palavra para dizer que, apesar de estarem definidas medidas, desde há muito tempo, na Lei da Água, nos Açores têm existido algumas dificuldades na efetiva delimitação e manutenção das zonas de proteção imediata das captações. Daí que a Região tenha aprovado em 2016 legislação própria que veio estabelecer as normas e os critérios para a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano. O Decreto Legislativo Regional nº 10/2016/A, de 16 de junho, tem uma regra que obriga as entidades gestoras das captações a vedar e sinalizar a área afeta à zona de proteção imediata e mantê-la limpa, independentemente de haver expropriação dessas parcelas, quando até então essa obrigação recaia sobre os proprietários, que ficavam investidos num duplo ónus, prescindirem de parte dos seus terrenos e ainda terem de investir na respetiva manutenção. A violação dessa obrigação por parte das entidades responsáveis pelas captações constitui contraordenação ambiental, tendo sido definido um período de dois anos para que essas entidades procedam à limpeza e vedações das zonas de proteção imediata das captações.

Não havendo mais intervenções sobre este ponto da agenda e considerando a necessidade de alguns conselheiros se ausentarem, de forma a apanharem o transporte para as respetivas ilhas, a Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo propôs o adiamento para a próxima reunião do CRADS da apreciação do ponto nove – “Atualização da informação relativa ao processo de análise e acompanhamento dos trabalhos de reabilitação para a melhoria da situação ambiental envolvente aos furos de abastecimento de água do concelho de Praia da Vitória, na ilha Terceira”, bem como do ponto dez – “Apresentação do Relatório do Estado do Ambiente dos Açores 2014-2016”, na eventualidade da próxima reunião do CRADS se vir a realizar antes da publicação deste relatório.

Tendo o Conselho acompanhado a proposta da Presidente, esta agradeceu a colaboração de todos os conselheiros e deu por encerrada a reunião, quando eram dezasseis horas e quarenta minutos, tendo sido lavrada a presente ata que eu, Patrícia Alexandra Marques Morais, na qualidade de secretária-geral do CRADS, redigi e subscrevo:

Aprovada, em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

A Secretária Regional da Energia Ambiente e Turismo